

ENSAIO TEÓRICO

E A CARNE SE FEZ VERBO: LINGUAGEM, VIOLÊNCIA RACIAL E A **ESCREVIVÊNCIA** COMO CRIAÇÃO DE SI/NÓS

Fátima LIMA

Centro Multidisciplinar - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Macaé, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste ensaio é refletir, a partir da grande travessia atlântica (*Middle Passage*) e da diáspora africana e negra, sobre como a linguagem se constituiu em violência, bem como em resistência, criando as vidas negras em contextos afrodiaspóricos. Para tanto, utiliza-se da *escrevivência*, tal como elaborada pela escritora Conceição Evaristo, como conceito e método de cognição e de criação de si e de nós, negras/os. Afirma-se que a *escrevivência*, por meio da ficcionalização do real e de um real ficcionalizado, cria e faz funcionar as vidas negras.

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem; Racismo; Violência Racial; *Escrevivência*.

TITLE

AND THE FLESH WAS MADE WORD: ON LANGUAGE, RACIAL VIOLENCE, AND LIVED-WRITING AS THE CREATION OF SELF/US

ABSTRACT

The aim of this essay is to reflect, based on the great Atlantic crossing (*Middle Passage*) and the African and Black diaspora, on how language came to constitute both violence and resistance, shaping Black lives in Afrodiasporic contexts. To this end, *escrevivência*, as conceptualized by the Brazilian writer Conceição Evaristo, is employed as both a concept and a method of cognition and of creating the self and ourselves as Black people. The essay argues that *escrevivência* (*lived-writing*), through the fictionalization of reality and a fictionalized reality, creates and brings Black lives into being.

KEYWORDS

Language; Racism; Racial Violence; *Escrevivência* (Lived-Writing).



OPEN ACCESS

Todo conteúdo de *Cadernos de Linguística* está sob Licença Creative Commons CC - BY 4.0.

EDITORES

- Kleber Silva (UnB)
- Tamara da Rosa (IFFar)

AVALIADORES

- Rosana Nunes (FATEC)
- Débora Scuirra (UnB)

Recebido: 14/10/2025

Aceito: 01/07/2026

Publicado: 21/09/2026

COMO CITAR

LIMA, F. (2026). E a carne se fez verbo: linguagem, violência racial e a *escrevivência* como criação de si/nós. *Cadernos de Linguística*, v. 7, n. 4, e890.



VERIFICAR
ATUALIZAÇÕES

INTRODUÇÃO

A linguagem não pode se colocar à altura da vida por completo.
(Morrison, 2020, p. 145).

Em 1993, a renomada escritora negra estadunidense Toni Morrison recebeu o prêmio Nobel de Literatura. Diante de uma plateia, na Academia Sueca, leu um instigante texto como um dom e uma dádiva. Nele, a escritora nos apresentava a uma velha senhora negra e cega, uma griot a quem a fama de seus poderes rompia as cercanias longínquas onde habitava e invadia outros espaços. Um grupo de jovens da cidade resolve “testar” a sábia senhora cega e lhe faz a seguinte pergunta: “Velha, tenho um pássaro nas mãos. Diga-me se ele está vivo ou morto” (Morrison, 2020, p. 141). A velha senhora fica em silêncio. Os jovens mal conseguem conter os risos. Repetem a pergunta. Ela permanece um longo tempo em silêncio, mas, diante das insistentes provocações dos jovens, responde: “Não sei se o pássaro que vocês têm nas mãos está morto ou vivo; o que sei é que ele está em suas mãos. Ele está em suas mãos” (Morrison, 2020, p. 141).

A partir dessa história, Morrison toma o pássaro como a língua, a linguagem, um idioma e, de forma brilhante, discorre sobre as vulnerabilidades da língua/linguagem e as possibilidades de morrerem ou estarem vivas, entendendo-a como um sistema vivo suscetível à morte onde “uma linguagem opressiva faz mais do que representar violência; ela é; em si mesma violência; faz mais do que representar os limites do conhecimento; ela limita de fato, o conhecimento” (Morrison, 2020, p. 143).

Este ensaio trata disso: da violência da linguagem e da capacidade de constranger o próprio conhecimento e a própria vida. As experiências que envolvem as subjetividades negras possibilitam um lugar profícuo para refletir sobre a linguagem enquanto violência. É nesse sentido que a linguagem é convocada. Muito mais do que um sentido performativo, excitável e injurioso, como colocado nos termos de Judith Butler (2012), a linguagem, aqui, encontra-se sob a ótica de uma experiência negra em que a violência racial não foi apenas capaz de desumanizar, mas de produzir um instante no qual o inominável é o imperativo.

A grande travessia do Atlântico, este Atlântico Negro, a *middle passage* (Gilroy, 2012), a kalunga, a boca da noite, é um evento singular e inseparável do que vamos pensar enquanto diáspora africana e negra. Esse evento é marca fundamental do que chamamos modernidade. É impossível compreender a acumulação primitiva de capital e o próprio capitalismo sem a dimensão racial e, no caso do contexto latino, caribenho e brasileiro, sem a dimensão da racialidade negra. Na grande travessia, as vidas negras eram anuladas enquanto possibilidade de vida, a transformação em coisa ou, a própria coisa, são expressões implacáveis do inominável, daquilo que não se diz porque não há mais tempo nem espaço analógico que garanta a dimensão de humanidade.

A própria designação da ideia de negra e negro encontra-se no âmbito de um processo de violência no qual a enunciação e o processo de nomeação aparecem sob a égide de uma linguagem que é violência, na medida em que o signo negro/a carrega em si a possibilidade de um processo de

vulneração e subalternização que atinge a dimensão da animalização, de uma vida vegetal e limitada. Nesse processo, “[...] se existe um objeto e um lugar em que esta relação imaginária e a economia ficcional que a sustenta se dão a ver do modo mais brutal, distinto e manifesto, é exatamente esse signo que chamam de negro [...]” (Mbembe, 2018, p. 31).

A invenção da/o negra/o é indissociável do projeto colonial, da consolidação da razão (racial), da modernidade e, conseqüentemente, do capitalismo racial. Essa violência já havia sido explicitada, de forma profunda, em *Pele negra, máscaras brancas*, por Frantz Fanon, em 1952. Na obra, o autor esmiuçou a relação entre a denominação negro e os processos de subjetivação, ressaltando seu caráter epidérmico racial que constrangia a dimensão ontológica das pessoas negras, marcando uma experiência que contempla tanto uma dimensão de ser, uma certa ontologia de ser-para-o-outro, e uma zona de não ser marcada por aquilo que Grada Kilomba (2020) chama de um princípio de ausência. Numa experiência que atravessava a língua e a linguagem, Fanon (2020) escreve sobre o assombro de não se ver francês, de falar quase igual a um branco, mesmo sabendo que não era branco num cotidiano de interpelações cotidianas sobre sua negrura “‘negro imundo!’ Ou simplesmente: ‘Olhe um negro!’” (Fanon, 2020, p. 125). Só restava ser “[...] objeto em meio a outros objetos” (Fanon, 2020, p. 125). O autor faz parte de uma tradição que relaciona a antinegritude à subjetividade tendo a linguagem como elemento mediador dessa relação.

Destaco os escritos de Lélia Gonzalez, principalmente no texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, em que a autora recorre às discussões lacanianas, portanto, centralizadas na dimensão da linguagem para discutir tanto os processos singulares da vida psíquica negra quanto a dimensão coletiva da própria nação brasileira que não reconhece que fala português e que tem, na função materna da mãe preta, figura seminal de sua cultura (Gonzalez, 2018, 2020). A autora já nos situa na epígrafe do texto, quando fala de uma certa negrinha que não ficou calada na festa que os/as brancos/as organizaram para falar de um livro que eles/elas brancos/as escreveram sobre negras/os. A negrinha atrevida pegou o microfone e deu ruim, para os/as brancos/as – a festa acabou! Mais para frente, neste mesmo texto, a autora, numa conversa com o campo laciano, pega a metáfora da lata de lixo e coloca/assume a vida negra como sendo a boca da lata do lixo na hierarquia sociorracial do nosso país, no entanto, mais à frente, nos diz que “[...] o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2018, p. 193). Lélia, de forma brilhante, em um texto cujo original data de 1980, já anunciava que a base da nossa língua provinha, hegemonicamente, das matrizes indígenas e africanas, não reduzindo o português apenas à dimensão da sintaxe e da semântica, mas entendendo-o como uma linguagem impregnada nos corpos e nas nossas formas de ser. O texto, através do enunciado, o lixo vai falar, anunciava também a força da linguagem contra a violência da própria linguagem, uma forma de redistribuir a violência não como pura violência, mas um movimento comprometido “[...] com uma ética que pense a justiça como entidade mutante, contextual e provisória, e aceite de antemão que não há resposta segura perante conflitos e

questões tão paradoxais, complexas e improváveis como as com que lidamos” (Mombaça, 2016, p. 14-15) que envolvem a hidráulica racial antinegra, seu caráter irracional, por vezes, inominável.

Este ensaio é sobre isso. Sobre a linguagem enquanto violência, mas também sobre a criação a partir da própria linguagem, da fala, na narração, da oralidade, da oralitura (Martins, 2021a, 2021b), voz que se inscreve sobre os corpos, da escrevivência (Evaristo, 2016, 2017a, 2017b, 2020) e da fabulação crítica dos arquivos da escravidão (Hartman, 2022). É um exercício de pensamento, mas não se desloca da experiência negra vivida, ou seja, envolve a práxis das experiências imanentes e vividas no em-comum das vidas negras na diáspora africana e se espelha na literatura de Conceição Evaristo para afirmar que a escrevivência, a partir da ficcionalização, cria e faz funcionar as vidas negras.

1. A PASSAGEM DO MEIO: SUSPENSÃO, DESMANTELAMENTO E SUPRAVIVÊNCIA

*As condições da “Passagem do Meio” estão entre as narrativas mais incríveis disponíveis para quem estuda, pois ainda não é facilmente imaginável.
(Spillers, 2021, p. 45).*

*Que noite mais funda calunga
No porão de um navio negreiro
Que viagem mais longa candonga
Ouvindo o batuque das ondas
Compasso de um coração de pássaro
No fundo do cativeiro
É o semba do mundo calunga
Batendo samba em meu peito
(Yáyá Massamba, 2003).*

É fundamental compreender a modernidade como um evento indissociável do processo escravocrata. O repovoamento do mundo iniciou-se entre os séculos XIV e XV. Sem dúvida, o Oceano Atlântico foi o epicentro das profundas transformações. Tem-se registro, já em 1444, em Portugal, de negros/as como objetos em leilões públicos (Mbembe, 2018), número que sofre considerável impacto nos anos posteriores, envolvendo um comércio triangular que agregava Europa, Américas, Caribe e África, em que “os povos de origem africana estavam no centro dessas novas dinâmicas [...]” (Mbembe, 2018, p. 34).

Paul Gilroy (2012), na obra *O Atlântico negro*, recupera esse movimento a partir dos navios (negreiros), que transportaram milhares de povos escravizados para Europa e Américas. O autor toma o navio como um sistema vivo, com uma dimensão micropolítica e microcultural, resgatando, a partir de seu ponto de vista, as dinâmicas e agências do povo negro, recuperando a pluralidade identitária e as memórias, entendendo não apenas o caráter de mercadoria, mas os processos de luta, emancipação, autonomia e cidadania. Indo aquém e além das análises de Gilroy (2012), quero,

nesta seção, propor uma reflexão sobre a *middle passage* (a passagem do meio) como o lugar do terror e do contraterror. O foco no terror ou no horror daquilo que não pode ser nomeado abre um lugar fértil para possibilidades de entender momentos em que a linguagem é tão violenta que transforma a existência negra no inominável. Esse movimento, de nos depararmos com o horror, com o escândalo e com o excesso dos arquivos da escravidão, evidencia que, “ao escrever no limite do indizível e do desconhecido, o ensaio mimetiza a violência do arquivo e tenta repará-la [...]” (Hartman, 2021, p. 105). Estas reflexões fazem eco à epígrafe desta seção onde “as condições da ‘Passagem do Meio’ estão entre as narrativas mais incríveis disponíveis para quem estuda, pois ainda não é facilmente imaginável” (Spillers, 2021, p. 45).

O navio se tornava maior e mais atemorizante a cada remada vigorosa. Os cheiros ficavam mais fortes e os sons mais altos – choro e lamentação de um lado e do outro cantoria grave e tristonha; o som anárquico de crianças devido ao ritmo estrepitoso de mãos tamborilando na madeira; uma palavra estranhamente compreensível ou duas flutuantes: alguém pedindo *meney*, água, outra pessoa praguejando, evocando *myabeca*, espíritos (Rediker, 2007, p. 2 *apud* Moten, 2021, p. 141).

O processo brutal dos sequestros do povo negro em África foi a materialização da perda da terra, do corpo e do nome. Nesse sentido, uma política de nomeação violenta era atributo dos traficantes e mercadores, uma nomeação desumanizada, que apartou qualquer relação familiar e de parentesco em detrimento da carga (humana) que seria transportada, segundo as análises de Spillers, as mulheres negras perdiam inclusive a dimensão genderizada enquanto mulheres, constituindo uma carga “menor” em volume e tamanho a ser transportada na aritmética brutal do que eram as plantas de carregamento dos negreiros.

Podemos dizer que o navio negreiro, sua tripulação e sua carga humana, representam uma riqueza selvagem e devoluta de *possibilidades* que não é interrompida, não “contada” / “contabilizada” ou diferenciada até que seu movimento ganhe a terra a milhares de milhas de distância do ponto de partida. Sob essas condições, não se é nem mulher nem homem, pois ambos os sujeitos são “contabilizados” como *quantidades*. A mulher na “Passagem do Meio”, como a massa física aparentemente menor, ocupa “menos espaço” em uma economia monetária diretamente traduzível, mas ela é quantificável pelas mesmas regras de contabilidade que sua contrapartida masculina (Spillers, 2021, p. 47).

A autora, então, baseada nas reflexões acima, nos brinda com uma assertiva fundamental para os estudos da linguagem e para este ensaio. Numa conversa com o pensamento freudiano e as discussões sobre a identidade indiferenciada, essas pessoas, removidas de sua terra e de sua cultura, sem nome, estavam “[...] literalmente suspensas no oceânico [...]” (Spillers, 2021, p. 46), estavam em lugar nenhum, suspensas das políticas de inteligibilidade e, como condição primeira e última, dos regimes da linguagem que conferiam inteligibilidade para si, para o outro e para o mundo nas relações que chamamos de outramento. Spillers (2021), numa leitura muito precisa das plantas dos navios negreiros, constatou um esquadrinhamento diferenciado para as cargas que seriam transportadas, sendo os compartimentos para a carga de escravizadas muito menores do que os compartimentos para a carga de escravizados, ao ponto de a autora defender ter havido uma

desgenderização dos corpos e subjetividades delas. A agudez das reflexões de Hortense Spillers põe em xeque todo um sistema de inteligibilidade, performático dos processos de genderização, mediados pelas forças da linguagem, dos atos de fala e da citacionalidade, o lócus privilegiado da inteligibilidade. É preciso estar no âmbito da matriz de inteligibilidade, inclusive para estar fora dela, naquilo que Judith Butler (2012) nomeia como abjeção.

No entanto, a chegada às novas terras estabeleceu outras funcionalidades do terror. A violência da política de nomeação seguia a ordem que bem desejasse os que adquiriam pessoas escravizadas, violando as dimensões familiares, de parentesco e afeto, dando centralidade à política do horror extremo, de violências corporais que atingiam profundamente a carne e o corpo, marcados por lacerações causadas por ferro e chicotadas, expressões do terror e do gozo ou da cena originária de formação de um sujeito, como quando Frederick Douglass, ainda criança, ao presenciar o açoitamento de sua tia Hester, compreende que atravessara o portão da escravidão, ou seja, via-se e se sabia, a partir da violência, ser um sujeito escravizado, ganhar uma dimensão subjetiva, se fazer verbo (linguagem) na violência, a carne humana se tornando um sujeito possível de liberdade como tão bem explicitado por Hartman (2025) quando ela nos apresenta o escravizado Windham que, num certo momento conclamou “[...] eu acho que a gente devia ser livre porque a gente não é cavalo ou cachorro – a gente é carne humana” (Hartman, 2025, p. 48). Aquele homem se reivindicava humano pela linguagem da carne, da violência e do terror.

Porém, eu me recuso a ficar só no horror e evoco o contraterror como possibilidade sempre presente, imanente, sem romantizar a dor, mas atravessando ou situando-a em outros lugares nos quais é possível contar sobre ela, não mais apenas como um espetáculo do horror a ser visto, mas a partir de outras posições frente ao arquivo da escravização. Nessa perspectiva, as considerações de Fred Moten (2021), Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2018a, 2018b) e Sueli Carneiro (2023) contribuem para pensar o contraterror e a possibilidade de uma justiça epistêmica frente ao desmantelamento cognitivo (de aprendizagem, portanto processos de linguagem), pavimento necessário para situar a escrevivência como possibilidade de fazer emergir outras cognições com força de reparação e justiça cognitiva e epistêmica. Inicialmente, Moten recupera a posição de nada e de coisa atribuída às/aos escravizadas/os, condição da “[...] impossibilidade de ser performado ou declarado” (Moten, 2021, p. 132). No entanto, o autor, recupera que é no esgotamento que é a vida negra perfaz sua condição de possibilidade, recuperando o porão do navio como lugar onde a existência negra que, estava fora dos sistemas de inteligibilidade da linguagem canônica, ensejou uma “[...] perturbação irreparável no tempo e no espaço da ontologia” (Moten, 2021, p. 133). “Há fugas à imaginação no porão do navio: a fuga ordinária e a corrida fugitiva do laboratório de linguagens – palco de experimentos brutais das fonografias pretas” (Moten, 2021, p. 139). Corpo, sussurro, lamúrias, súplicas e o tambor, a linguagem do tambor-corpo porque “se a chibata é grito de morte, o tambor é discurso de vida” (Simas; Rufino, 2018b, p. 58).

Nas horas de desespero, na beira do abismo, parido pelo ventre do navio que atravessou a calunga gritando o triunfo da morte, alguém *sobreviveu e bateu um tambor*; o mesmo que reverberou um dia, afirmando a vida e cuspiendo na cara do capitão do mato, numa esquina vagabunda do Estácio de Sá (Simas; Rufino, 2018a, p. 13, grifo nosso).

O Atlântico é uma gigantesca encruzilhada. Por ela atravessaram sabedorias de outras terras que vieram imantadas nos corpos, suportes de memórias e de experiências múltiplas que, lançadas na via do não retorno, da desterritorialização e do despedaçamento cognitivo e identitário, reconstruíram-se no próprio curso, no transe, reinventando a si e ao mundo. O colonialismo se edificou em detrimento daquilo que foi produzido como sendo o seu outro. A agenda colonial produz a descredibilidade de inúmeras formas de existência e de saber, como também produz a morte, seja ela física, através do extermínio, ou simbólica, através do desvio existencial (Simas; Rufino, 2018b, p. 11).

Esse processo de extermínio, não se refere apenas aos saberes ancestrais, mas à própria existência, é o que Sueli Carneiro denomina epistemicídio, evidenciando como a relação entre o colonialismo e o racismo destruiu corpos e mentes com a subordinação da sobrevivência cognitiva do dominado. Justamente nesse ponto, inserimos a ideia de persistência como trabalhada por Fátima Lima (2024, p. 50): “[...] podemos tomar outros sentidos para as experiências negras a partir das forças que emanam destas e apostando na construção de caminhos curativos e de fuga da violência da dialética racial”. Pois, “por mais que o colonialismo tenha nos submetido ao dismantelo cognitivo, à desordem das memórias, à quebra das pertencas e ao trauma, hoje somos herdeiros daqueles que se reconstruíram a partir de seus cacos” (Simas; Rufino, 2018b, p. 13).

2. ESCRIVIVÊNCIA, A CRIAÇÃO DE SI/NÓS E A DISTRIBUIÇÃO DA VIOLÊNCIA RACIAL

Nesse campo analisado, a escrevivência, como construída e exercitada por Conceição Evaristo, é chamada para compor essa discussão, entendendo que a escrevivência oferece uma experiência cognitiva outra para as pessoas negras, principalmente as mulheres. Esse movimento incide diretamente nas políticas de fala e escuta, tracionando as relações de poder que modelam a linguagem e os regimes de fala canônicos, arquivo ocidentalizado e eurocentrado, erguido com o soterramento de saberes, silenciamento de vozes subalternizáveis e obliteração dos regimes de nomeação culturais.

Assim, a escrevivência ocupa hoje um debate em nível nacional em diferentes campos do conhecimento, por isso, não é diferente no campo dos estudos da linguagem e, em especial, da linguística aplicada, principalmente quando se pensa a relação entre linguagem e antinegitude.

Nesse sentido, a escrevivência tensiona as relações de saber-poder, problematiza a autoridade da escrita e inquire a autoridade racial. É um ato de escrita de mulheres negras com a força de dismantelar uma imagem do passado. É, assim, também uma ferramenta de reparação epistêmica, histórica, territorial, de gênero, de sexualidade (Franco; Lima, 2023).

Aos poucos, a escrevivência, enquanto conceito, foi rompendo os contornos da literatura, adentrando outros campos de saberes, evidenciando não apenas sua força enquanto conceito contracolonial, uma forma de posição frente à escrita, mas também uma ferramenta metodológica e um método de pesquisa (Borges, 2020; Felisberto, 2020; Santos; Oliveira, 2023), conferindo um instrumento que sustenta pesquisas a partir do momento em que propicia uma outra cognição da pesquisadora negra frente aos estudos étnico-raciais. Isso se torna possível porque a escrevivência se assenta sobre uma história universal, a violência e a força de criação da diáspora africana. A história da violência contra pessoas negras é universal não no sentido ocidental, mas porque produz um em-comum que permite que qualquer pessoa sob o signo da negritude, cujos antepassados e antepassadas tiveram a vida suspensa na Passagem do Meio, reconheça em seus corpos e subjetividades a violência racial interseccionalizada.

Esse caráter universal é destacado por Conceição Evaristo (2020) junto com outra imagem fundamental na história negra, que é a mãe preta. Conforme a autora, a mãe preta é figura seminal da escrevivência, ou seja, não representa nem a submissa nem a traíçoeira; esta figura tem um papel central na formação da nação brasileira como destaca Lélia Gonzalez (2018); é ela quem amamenta, cria, educa, ensina e introduz o outro (a/o branca/o) através da linguagem – o pretuguês – ao mundo, tendo, por excelência, a função materna e fundante da cultura brasileira.

Por fim, destaca-se outra característica apresentada por Conceição Evaristo (2020): o caráter coletivo da escrevivência, como uma escrita de nós. Isso não quer dizer que a escrevivência, enquanto possibilidade de escrita e de método, não abarque a singularidade de quem escreve, mas essa singularidade só pode ser operada e efetivada a partir de uma relação com o nós que, em primeira e última instância, é a experiência em-comum de ter em seus corpos e subjetividades a violência racial do sequestro, da grande travessia e da criação de si e de uma vida nas novas terras. Descender dessa história coletiva faz da escrevivência uma escrita de nós.

Então, na medida em que a escrevivência é muito mais do que um estilo de escrita, e constitui uma posição histórica, política e ética no mundo moderno, ocidental e diaspórico africano, vai fazendo ver seu potencial conceitual, enquanto recupera a oralidade e sua relação com o corpo como forma primeira de uma escrita e permite que diferentes pesquisadoras/es negras/os experimentem seu potencial como método, pois, como ferramenta, estabelece um caminho em comum entre pesquisadoras/es e o universo racial pesquisado. Portanto:

A escrevivência pode ser um caminho metodológico nas dissertações e teses de estudantes negras/os. A experiência racial antinegra estudada por um/a pesquisador/a negro/a estabelece uma relação de uma experiência singular vivida no “em comum” a partir de uma história de violência, sequestro, pilhagem e perda de uma imagem. Em nenhum momento estamos afirmando que essas vidas são iguais, pelo contrário, é na radical diferença das vidas negras que um “em comum escreviente” é construído e pode ser estudado, analisado e escrito. A escrevivência permite ativar uma dimensão da memória que é afrodiaspórica. Permite, também, visitar e analisar documentos, projetos e ações de uma perspectiva negra coletiva. Possibilita, ainda, escrever histórias assinalando sua dimensão singular e coletiva [...] (Franco; Lima, 2023).

Dessa forma, a escrevivência fornece elementos de criação das vidas negras com base em uma outra plataforma de cognição, imanentemente ancestral (Martins, 2021b), que opera, com corpo, voz e escrita, numa tríade do encruzilhar, enquanto linguagem que congrega a força de criar a si mesmas/os e a um nós, partindo de um trauma e de uma ferida coloniais (Kilomba, 2019).

Esse possível opera diretamente nos sistemas de poder que regulam as políticas de fala, escuta, escrita e de existência (ontopolíticas de viver). Além do poder de fazer emergir saberes que foram roubados e soterrados, a escrevivência situa o lugar do contar, os regimes de fala – permissão e silenciamento – e enunciação. Esse movimento, que tem no centro a escrevivência efetivada operacionalmente pela linguagem corporal, oral e escrita, uma oralitura (Martins, 2021a, 2021b), redistribui a violência colonial reencenada cotidianamente, mas, mais do que isso, tem o efeito de criar vidas negras em outros lugares, incidindo na gramática sociorracial e operando no combate às iniquidades raciais, ao epistemicídio, fazendo valer a justiça cognitiva: a carne se faz verbo, verbo que se faz vida negra.

Sem dúvida, um estudo mais aprofundado da escrevivência e de como ela tem se mostrado ferramenta conceitual e metodológica na academia e fora dela merece uma atenção especial no campo dos estudos da linguagem, pois abre uma seara que nos coloca frente a frente com a linguagem para além de sua força performativa: a linguagem é a própria violência. Além disso, ao evidenciar o tempo espiralar e as possibilidades espaciais como apreendidas na lógica ocidental, a escrevivência oferece caminhos para pensar aquém e além do cronótopo bakhtiniano, operando, muitas vezes, em contextos neocoloniais como o nosso. A necrotopia como elaborada por Borba, Fabrício e Lima (2022) apresenta-se como o operador conceitual-metodológico mais pertinente. Por fim, “Conceição Evaristo, com o termo escrevivência, exprime uma vontade de saber, uma vontade de memória que incide na vontade de poder, ou seja, sua fala incide nos regimes de poder-saber, na letra foucaultiana” (Borges, 2020, p. 194-195). Isso interessa muito para todas/os que têm na linguagem a espinha dorsal de suas reflexões e pesquisas. Somos testemunhas de um tempo, o que talvez não nos dê a medida real do que vivemos. São outros tempos. São melhores? Não se pode responder. Sabe-se da crueldade da violência racial, mas posso afirmar que as vidas negras são correntezas e correntezas não correm para trás.

Para Conceição Evaristo!

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONFLITO DE INTERESSE

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

A autora declara que nenhuma ferramenta de IA foi utilizada na criação deste manuscrito nem em qualquer aspecto dos trabalhos realizados cujo resultado está reportado no manuscrito.

AValiação E RESPOSTA DOS AUTORES

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N4.ID890.R>

Resposta dos Autores: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N4.ID890.A>

REFERÊNCIAS

Borba, Rodrigo; Fabrício, Branca; Lima, Fátima. Living memories of the changing same: Rio's linguistic landscape at the crossroads of time and race. *Language in Society*, v. 51, n. 5, 2022, p. 797–818. <https://doi.org/10.1017/S0047404522000628>

BORGES, Rosane. Escrivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 182-204. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/divulgacao/escrivencia-a-escrita-de-nos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Traducción de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2012.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017a.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017b.

EVARISTO, Conceição. A escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/divulgacao/escrivencia-a-escrita-de-nos/>. Acesso em: 10 out. 2025.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Sebastião Nascimento, com a colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

FELISBERTO, Fernanda. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação

e Arte, 2020. p. 164-180. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

FRANCO, Anielle; LIMA, Fátima. A escrevivência e a ferramenta de Ogum. *Contxt*. Rio de Janeiro, 23 dez. 2023. Disponível em: <https://contxt.letras.ufjf.br/a-escrevivencia-e-a-ferramenta-de-ogum/>. Acesso em: 10 out. 2025.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (UCPA) (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 190-214.

HARTMAN, Saidiya. *Cenas da sujeição: terror, escravidão e criação de si na América do século 19*. Tradução: Fernanda Silva e Sousa e Marcelo Rodrigues Souza Ribeiro. São Paulo: Fósforo, 2025.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Zagatto. ARIAS, André (org.). *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. Tradução: Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S. Ribeiro. São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021. p. 105-126.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Sebastião Nascimento, com a colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020. p. 11-16.

LIMA, Fátima. *A persistência e o tempo: escritos sobre raça, poder e racismo*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2024.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 2021a.

MARTINS, Leda Maria. *Performances do tempo espiral, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021b.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!* São Paulo: Oficina Imagem Política, 2016. Disponível em: <http://imgs.fbsp.org.br/files/62cc76f73d2d77003436339c56954187.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

MORRISON, Toni. *A fonte da autoestima: ensaios, discursos e reflexões*. Tradução: Odorico Leal. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOTEN, Fred. Ser prete e ser nada (misticismo na carne). In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André (org.). *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. Tradução: André Arias e Clara Barzaghi. São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021. p. 130-191.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de. A metodologia do espelho de oxum na Psicologia. *Revista da ABPN*, Curitiba, v. 16, p. 1-18, set. 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1625/1448>. Acesso em: 10 out. 2025.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018a.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018b.

SPILLERS, Hortense Joycelyn. Bebê da mamãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André (org.). *Pensamento negro radical*: antologia de ensaios. Tradução: Kênia Freitas e Allan Kardec Pereira. São Paulo: Crocodilo: n-1 edições, 2021. p. 28-69.

YAYÁ Massemba. Intérprete: Maria Bethânia. Compositores: Roberto Mendes e José Carlos Capinan. In: *BRASILEIRINHO*. Intérprete: Maria Bethânia. [S. l.]: Biscoito Fino: Quitanda, 2003. 1 CD, faixa 2 (4 min).